

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.594 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2002



Célio Azevedo

Plenário aprova norma sobre bolsas de estudo

Projeto de lei que regulamenta a concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposta restringe o benefício a alunos não atendidos pela rede pública de ensino fundamental em decorrência de falta de vagas.

PÁGINA 2

Presidida por Alcântara, a CAE aprovou proposta que institui isenção de IPI para taxistas a cada três anos

CAE atende estados e amplia base de cálculo do ICMS

A base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos importados poderá ser ampliada pelos governos estaduais, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Foi acolhida também proposta que altera cobrança do Imposto de Renda sobre rendimentos recebidos com atraso.

PÁGINA 4



José Cruz

Projeto que altera a educação profissional no país recebeu parecer contrário da Comissão de Educação do Senado

Comissão aceita aumentar presença de capital estrangeiro na TV a cabo

Proposta acolhida pela Comissão de Educação prevê que empresas estarão sujeitas às regras estabelecidas para as telefônicas. Na mesma reunião, senadores também aprovaram mais rigor para lutadores envolvidos em homicídio e rejeitaram mudança no ensino profissional.

PÁGINA 8



Márcia Kallume

O relator Sérgio Machado (E) diz que parlamentares vão considerar todas as alternativas para arrecadação crescer

Comitê quer assegurar elevação de receitas

PÁGINA 3

Modernização do TCU terá apoio financeiro externo

PÁGINA 5



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Quintanilha restringe despesas das prefeituras com as câmaras de vereadores

Plenário deve votar limite de gasto municipal

O Senado deve votar hoje duas propostas de emenda à Constituição: a que estabelece limites para gastos das prefeituras com as câmaras de vereadores, do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), e a que proíbe a reeleição de dirigentes de federações esportivas por mais de um período consecutivo, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Estarão em votação também projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de quatro emissoras de rádio comunitárias: Associação Rádio Comunitária Paixão FM, de Pardinho (SP); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí (PI); Associação Beneficente Nossa Senhora de Fátima, de Piquet Carneiro (CE); e Fundação para Assistência Social, de Irapuan Pinheiro (CE).

Comissão acolhe indicação de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, os pareceres favoráveis às indicações dos diplomatas Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Eduardo dos Santos e Gelson Fonseca Júnior para chefiar as embaixadas brasileiras na Eslovênia, no Uruguai e no Chile, respectiva-

Senado regulamenta bolsa para estudantes carentes

Plenário acolheu ontem matéria que determina pagamento de escolas privadas para alunos não atendidos pela rede pública

O Senado aprovou ontem projeto de lei que regulamenta o artigo 213 da Constituição, que determina a concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes que não sejam atendidos pela rede pública no ensino fundamental e médio, por falta de vagas. O projeto estabelece que o poder público garanta a esses estudantes bolsas de estudo em "instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas, mantidas pela rede privada".

Como a matéria é um substitutivo do Senado a um projeto originário da Câmara dos Deputados, haverá um turno suple-

mentar de votação hoje e, caso seja aprovada, será enviada à Câmara. O projeto determina que, ao mesmo tempo em que garante as bolsas de estudo aos que não conseguiram vaga, o poder público fica obrigado a garantir os investimentos necessários à expansão da rede pública de ensino fundamental e de nível médio.

CENSO ESCOLAR

De acordo com o projeto, um censo escolar anual irá apurar o déficit de vagas na rede pública e discriminará as localidades e as escolas em que haverá necessidade de concessão de bolsas de

estudo. Para receber a bolsa, o estudante deverá comprovar renda inferior ao limite de isenção do Imposto de Renda. Em casos excepcionais, mesmo o estudante com renda familiar maior poderá receber a bolsa, desde que comprove que sua situação econômica não permite arcar com os custos de uma escola privada.

O dinheiro necessário à concessão das bolsas deverá ser globalmente previsto nos orçamentos públicos da União, estados e municípios, que deverão ter a relação completa de estudantes a serem beneficiados.

Novas emissoras de rádio e TV

O Plenário do Senado aprovou ontem projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de seis emissoras de rádio comunitárias e um que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepe), de Lavras, Minas Gerais, para operar emis-

sora de televisão.

São as seguintes as rádios comunitárias autorizadas a entrar em funcionamento: Ascom - Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia (GO); Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis (SP); Associação Comunitária

Cativa, de Rio Brillante (MS); Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo, de Santa Rita do Rio Pardo (MG); Associação Comunitária de Apoio a Mariluz, de Mariluz (PR); e Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes, de Bandeirantes (MS).



Márcia Kalume

Nome de Eduardo Santos (ao microfone) foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores para chefiar a embaixada brasileira no Uruguai



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

9h - Participa da abertura do seminário "Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia". Auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados

14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 55/01 que altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, que dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

9h30 - Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

11h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13

11h30 - Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6

14h30 - Comissão Especial do Rio São Francisco. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6

14h30 - Comissão de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13

Após a ordem do dia - Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

Após a ordem do dia - CPI das ONGs. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

ESPECIAL

9h - Abertura do seminário "Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia". Auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados

18h30 - Solenidade de abertura da exposição "Rabin - Memória 1922-1995". Biblioteca do Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comitê quer garantir aumento da arrecadação

Senadores e deputados que analisam as receitas do Orçamento de 2003 vão discutir com o ministro da Previdência e o secretário da Receita Federal formas de obtenção de recursos que permitam o reajuste do mínimo acima da inflação

Instalado na tarde de ontem, o Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento decidiu se reunir com o ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin, e com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para discutir como será possível aumentar a arrecadação federal no próximo ano. O objetivo é assegurar dinheiro para aumentar o salário mínimo acima da inflação, bancar projetos sociais do futuro governo e garantir emendas parlamentares ao Orçamento de 2003.

O relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), integrante do comitê, afirmou que os parlamentares “vão considerar todas as alternativas”, inclusive aumento de impostos, combate à sonegação previdenciária e reestimativa de receitas por causa do aumento da inflação neste segundo semestre.

Entre as contribuições estão o Imposto de Renda das Pessoas Físicas

(manutenção da alíquota máxima de 27,5%, que cairá para 25% em janeiro), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas alcoólicas e fumo e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre combustíveis. O presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), sustentou que “os combustíveis estão aumentando e é natural que o valor da Cide também suba”.

Sérgio Machado informou que Everardo Maciel e José Cechin deverão ser ouvidos ainda nesta semana. Na próxima quarta-feira, dia 13, o Comitê de Receitas já deverá ter uma idéia sobre os caminhos a tomar para aumentar a arrecadação no primeiro ano do governo Lula. O líder do PT na Comissão de Orçamento, deputado Jorge Bittar (RJ), observou que o comitê “não deverá aumentar as receitas sem uma garantia de que elas se concretizarão”. Caso isso

ocorra, ele admite que o presidente eleito se veja na situação de contingenciar verbas orçamentárias, como fizeram os últimos presidentes da República.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), integrante do comitê, sustentou que “há dinheiro no Orçamento suficiente para bancar o aumento do salário mínimo” acima dos R\$ 211 propostos pelo atual governo. Lembrou que o comitê “acertou na mosca” todas as reavaliações de receita feitas nos últimos anos e o presidente da República “sempre preferiu contingenciar os gastos e, no fim do ano, acabava pedindo ao Congresso para gastar o excesso de arrecadação”.

Compõem o comitê os senadores Tião Viana (PT-AC), Sérgio Machado e Romero Jucá (PSDB-RR). Os deputados indicados são Jorge Bittar, Sérgio Miranda, Pedro Fernandes (PFL-MA) e Eunício Oliveira (PMDB-CE).



Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento: em busca de verbas para projetos sociais do futuro governo e emendas dos parlamentares

Márcio Kallume

Comissões discutem emendas ao Orçamento

Todas as sete comissões permanentes do Senado têm reunião convocada para hoje com a finalidade de votar propostas de emendas ao Orçamento da União para 2003. Pelo Regimento, cada comissão pode apresentar ao Orçamento até cinco emendas, todas elas de caráter nacional ou regional e ligadas ao assunto de sua atuação.

A primeira a se reunir será a Comissão de Assun-

tos Sociais (CAS), às 9h, seguida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 9h30. Às 10h, será a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); às 11h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). A Comissão de Infra-Estrutura (CI) terá reunião às 14h30 e a Comissão de Educação (CE), após a ordem do dia.

Prefeitos defendem recursos para infra-estrutura

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), Reinaldo Azambuja, acompanhado de outros cinco prefeitos. Eles pediram apoio a emendas parlamentares que assegurem verbas orçamentárias indispensáveis a projetos de investimentos em infra-estrutura no estado.

— Viemos agradecer ao senador a participação na aprovação da proposta de emenda constitucional que autoriza os municípios a instituírem taxa sobre a iluminação pública, agora tramitando na Câmara dos Deputados, e solicitar que ele apóie emendas de interesse dos municípios de Mato Grosso do Sul na votação do Orçamento de 2003 — informou Rei-



Tebet recebeu ontem prefeitos da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul

naldo Azambuja.

O presidente da associação, que é prefeito de Maracaju, esclareceu que as emendas estão concentradas na área de irrigação e beneficiarão assentamentos de pequenos produtores.

— Sabemos que, mesmo num orçamento apertado, sempre há emendas que podem auxiliar os municípios menores, nos quais pode-se fazer muita coi-

sa com pequenas verbas. Se houver boa vontade, muito poderá ser feito em benefício das nossas populações.

Participaram também da audiência com o senador Ramez Tebet os prefeitos municipais Dirceu Lanzarine, de Amambai; Márcio Monteiro, de Jardim; Dácio Queiroz, de Antonio João; Heliomar Klabunde, de Paranhos; e Luís Felipe Orro, de Aquidauana.

Projeto dificulta renúncia de senador sob investigação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, a partir das 11h, proposta que regula a perda de mandato de senador e outra que trata do funcionamento do Congresso Nacional.

O projeto de resolução de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), com substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG), determina que o momento em que pode ser iniciado o processo de cassação de senador é aquele a partir do despacho de conhecimento de denúncia ou representação, fundamentada e de origem comprovada, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Além de suprir uma lacuna na legislação, a proposição objetiva impedir, segundo Osmar Dias,

“que o congressista se valha da renúncia para escapar ao ônus jurídico e político decorrente da cassação de seu mandato”.

A matéria relativa ao Congresso é uma proposta de emenda constitucional (PEC), do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), determinando que os vetos presidenciais serão examinados em reuniões separadas da Câmara dos Deputados e do Senado, com início de tramitação alternada e com prazo de 30 dias em cada Casa. O relator da proposta na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu os argumentos em favor da “oportunidade, necessidade e conveniência” da medida, que deverá acelerar a análise de 56 vetos presidenciais que aguardam votação desde 1994.

CAE amplia base de cálculo do ICMS para importação

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos também autoriza os governos estaduais a elevar o alcance do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Decisão será ainda submetida ao Plenário do Senado

A base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos importados poderá ser ampliada pelos governos estaduais, que também vão poder elevar o alcance desse tributo, aplicando-o no caso de substituição tributária e definindo melhor o momento de registro do fato gerador, para ampliar a arrecadação. As mudanças constam de projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), cujo parecer favorável, apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão deverá ainda ser submetida ao Plenário do Senado.

Alcântara disse que o projeto foi motivado por pedido do Conselho Nacional de Política Fazendeira (Confaz), que reúne todos os secretários de Fazenda estaduais, sendo, portanto, "uma proposta de consenso entre todos os atuais governadores".

O projeto cria as condições legais para concretizar mudanças já determinadas pela Emenda Constitucional nº 33/2001, mas que implicam alterações da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), que modificou a sistemática de cálculo e cobrança do ICMS, principal tributo estadual.

ATUALIZAÇÃO

Em seu parecer, Paulo Souto explica que as unidades da Federação somente podem atualizar suas legislações com base em lei complementar federal, tornando-se urgente a aprovação da proposta de Alcântara. Com essa medida, disse, os estados e o Dis-



Lúcio Alcântara (no destaque) é autor do projeto de lei sobre o principal tributo dos estados

trito Federal estarão habilitados a realizar "as necessárias modificações em sua legislação relativa ao ICMS, a fim de que possam, em curto espaço de tempo, reforçar sobremaneira suas receitas, hoje tão combalidas".

Pelas novas regras previstas na proposta que altera a Lei Kandir, passa a ser considerado contribuinte, para efeito do ICMS, a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja sua finalidade, ou que adquira em licitação mercadorias ou bens a-

preendidos ou abandonados.

A proposta também define as condições de atribuição de substituto tributário de contribuintes e toma como base, para o cálculo do ICMS, o preço ao consumidor final, considerando, como fato gerador para efeito de tributação, o momento do desembaraço aduaneiro.

Taxista poderá ter isenção de IPI a cada 3 anos

Taxistas e motoristas autônomos de veículos de aluguel de até 127 HP e cooperativas de trabalho permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros vão poder adquirir, a cada três anos, novos veículos automotores isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A medida, que também é extensiva aos portadores de deficiência física, foi aprovada ontem por unanimidade, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), obteve parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), e seguirá para exame da Câmara dos Deputados, desde que não haja, nos próximos cinco dias, recurso para que a proposta seja submetida à deliberação do Plenário do Senado.

A inclusão de motoristas autônomos de kombis, vans e outros veículos similares de até 127 HP (cavalos-vapor), com lotação mínima de sete e máxima de 16 pessoas sentadas, no rol dos beneficiários do incentivo fiscal, desde que o veículo adquirido seja de fabricação nacional, foi proposta em emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA), acatada pelo relator.

Na ausência de Carlos Bezerra,



De autoria de Renan Calheiros e relatado favoravelmente por Carlos Bezerra, projeto será agora analisado pela Câmara dos Deputados

o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), designou o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) relator *ad hoc*, que fez a leitura do parecer final perante a comissão.

Para gozar da isenção, o taxista ou motorista autônomo de transporte alternativo deverá adquirir veículo de fabricação nacional, com um mínimo de quatro portas e motor com potência de até 127 HP, movido a qualquer combustível.

ACIDENTES

O benefício alcança também os motoristas de táxi e alternativos que tiverem seus automóveis totalmente danificados em acidentes ou tenham sido roubados, para que possam repor o instrumento de trabalho.

No caso de vender o veículo antes de completar três anos, a contar da data da aquisição com

o benefício da isenção do IPI, o motorista autônomo beneficiário ficará obrigado a recolher o tributo devido e atualizado, caracterizando-se como fraude o seu não recolhimento, sob pena de cobrança de multas e juros de mora.

Se houver falecimento ou incapacitação do motorista profissional beneficiário da isenção, o seu direito será transferido ao cônjuge ou herdeiro. Nesse último caso, o novo beneficiário deverá também ser motorista profissional habilitado e o veículo destinado ao serviço de táxi ou transporte coletivo.

A isenção do IPI não será aplicada nos casos de aquisição de acessórios ou opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo. Nesse caso, o imposto incidirá sobre o valor dos equipamentos adquiridos.

Projeto aprovado elimina cobrança cumulativa do IR

Os contribuintes que receberem rendimentos atrasados, pagos de uma única vez, não ficarão sujeitos à cobrança do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) sobre o total percebido. A tributação levará em conta o fluxo mensal dos rendimentos, evitando a cobrança cumulativa do imposto no mês do recebimento dos salários em atraso. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável do relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), e está pronta para ser incluída na pauta de votação do Plenário.

De autoria do deputado Michel Temer (PMDB-SP), o projeto também garante a dedução das despesas com ação judicial, incluindo os honorários advocatícios, necessárias para recuperar os rendimentos atrasados. Quando não forem indenizados, os contribuintes poderão deduzir esses gastos da base de cálculo sujeita à incidência do IRPF.

O relator acatou posição já sustentada em parecer da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, segundo o qual a proposta não constitui benefício tributário, considerando "irrelevante" um possível impacto na arrecadação tributária. Portanto, a iniciativa, na visão das co-



Geraldo Melo: parecer favorável à proposta que beneficia contribuinte com rendimento atrasado

missões das duas Casas, não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal nem os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2000 e 2001. A argumentação é que está havendo uma retenção indevida "sobre rendimentos que deveriam ser diluídos".

O autor do projeto alega que a proposta corrige erro técnico de tributação na fonte e "a injustiça da incidência errônea sobre parcelas isentas, mediante a aplicação da tabela progressiva do IRPF". Isso significa, afirma, uma "dupla apenação", tanto pelo atraso nas quantias salariais devidas quanto pelo "ônus tributário desproporcional a incidir sobre perdas patrimoniais de trabalhadores e aposentados".

TCU deve obter crédito externo para melhor fiscalizar aplicação de verbas

Dinheiro do empréstimo será empregado em programa que permitirá ao tribunal cumprir exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Matéria vai ao Plenário em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a solicitação do governo federal para que seja autorizado a contratar financiamento externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 5 milhões, a serem aplicados no Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União (TCU). O relator da matéria é o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

A solicitação, que ganhou regime de urgência para ir ao Plenário do Senado, exige uma contrapartida nacional equivalente ao valor do financiamento externo, totalizando, portanto, um investimento de US\$ 10 milhões, a serem aplicados até o final de 2005. O objetivo do programa é aparelhar o TCU e capacitar seus funcioná-

rios para que possam cumprir as exigências feitas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), melhorando o desempenho da sua fiscalização e aperfeiçoando os seus controles no monitoramento da aplicação do dinheiro público.

O relator aceitou pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a operação mediante determinadas condições que evitam o pagamento desnecessário da comissão de crédito do BID, uma praxe desses organismos internacionais para induzir a aplicação do dinheiro dentro



Romero Jucá apresentou parecer favorável à mensagem presidencial

do cronograma acertado com os tomadores dos empréstimos. A comissão prevista nessa operação, exigida semestralmente, é de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do financiamento e passará a ser cobrada 60 dias após a assinatura do contrato.

De acordo com a exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, anexa à mensagem presidencial encaminhada ao Senado, o prazo para o pagamento do empréstimo junto ao BID será de 20 anos, com três anos e meio de carência e a cobrança de juros efetivos de

6,58% ao ano. Os relatórios técnicos que acompanham a exposição do ministro mostram que o programa de modernização do TCU prevê a aquisição de novos softwares e equipamentos, além do treinamento dos seus servidores.

Segundo informações dos relatórios técnicos, o TCU não tem dado conta de atender a todas as exigências da LRF no acompanhamento e controle dos gastos públicos federais. Um dos exemplos é a fiscalização de obras públicas, em atendimento ao que determina a Comissão Mista de Orçamento (CMO). O volume, que em 1998 foi de 110 obras públicas, saltou para 304 em 2001. No mesmo período, o número de condenações determinadas pelo TCU aumentou de 880 para 1.383.

Situação financeira da Varig terá audiência pública na CAE

Por iniciativa do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem, por unanimidade, realizar uma audiência pública destinada a examinar a situação econômico-financeira da Viação Aérea Rio-Grandense S/A (Varig). Segundo o senador, a empresa atravessa um



Debate foi proposto à comissão por Roberto Saturnino

momento de grandes dificuldades. De acordo com Saturnino, "depois de ajustes internos difíceis e dolorosos, com venda de aviões e demissões de pilotos e empregados, consta que a empresa tem condições de pagar os seus débitos, mas está encontrando uma inflexibilidade pouco justificada por parte dos credores, que são, principalmente, empresas estatais, com exigências que, na prática, levariam ao desaparecimento daquela companhia aérea".

Com data ainda a ser marcada, a audiência terá a participação do diretor-presidente da Varig, Arnin Lore, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, entre

outros convidados. A CAE aprovou outro requerimento de Saturnino solicitando audiência pública com a participação do presidente do BNDES e dos presidentes da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para que eles prestem esclarecimentos sobre a venda ou permuta de ações dessas empresas realizada com a Companhia Siderúrgica Anglo-Holandesa Corus.

Outra audiência que deve ser realizada ainda este mês pela CAE, segundo o senador Romero Jucá (PSDB-RR), visa esclarecer dúvidas dos senadores sobre o último acordo assinado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme Jucá, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, aceitou o convite para debater o assunto, em data ainda a ser acertada, entre os dias 12 e 14 deste mês.

A comissão reúne-se hoje, às 9h30, para votar as emendas que vai apresentar à proposta de Orçamento da União para 2003.

Projeto protege trabalhador de empresa em processo de fusão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve se manifestar sobre a constitucionalidade do projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que cria mecanismos de proteção do emprego aos trabalhadores de empresas em processo de fusão,



Proposta de José Eduardo Dutra será submetida agora à CCJ

por ano e fração igual ou superior a seis meses". Os integrantes da CAE aprovaram também outro parecer do senador Waldeck Ornélas, que recomendou a rejeição do projeto de lei da Câmara que estabelece uma forma diferenciada de tributação na importação de mercadorias realizada pelas micro e pequenas empresas, bem como pelos comerciantes ambulantes. O relator destacou que os empresários que optarem pela nova forma de tributação não poderão se beneficiar das vantagens previstas na legislação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

O projeto veda a demissão sem justa causa por empresas em processo de fusão e que estejam sob exame do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Essa proibição é mantida pelo prazo de 18 meses, mesmo após a aprovação da fusão pelo Cade,

excetuando apenas as rescisões sem justa causa realizadas por intermédio de programas de demissão voluntária. Para esses casos, o autor estabelece, segundo o parecer do relator, que a indenização seja, no mínimo, o equivalente a um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, "ou por ano e fração igual ou superior a seis meses".

Os integrantes da CAE aprovaram também outro parecer do senador Waldeck Ornélas, que recomendou a rejeição do projeto de lei da Câmara que estabelece uma forma diferenciada de tributação na importação de mercadorias realizada pelas micro e pequenas empresas, bem como pelos comerciantes ambulantes. O relator destacou que os empresários que optarem pela nova forma de tributação não poderão se beneficiar das vantagens previstas na legislação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Comissão debate projeto para revitalizar rio

A Comissão Especial do São Francisco promove hoje, a partir das 14h30, debate sobre o Plano-Piloto de Revitalização daquele rio, no trecho Ibotirama-Juazeiro.

Para esclarecer alguns pontos sobre a questão, foi convidado o técnico Joaquim Carlos Teixeira Riva, também consultor da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa).

O objetivo dessa comissão do Senado é acompanhar e avaliar o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a instalação do Comitê da Bacia.

CPI das ONGs pode ouvir Pratini e Paulo de Tarso

A CPI das ONGs, que apura denúncias referentes à interferência de organizações não-governamentais em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo na região amazônica, reúne-se hoje, logo depois das votações da ordem do dia.

Deverão ser ouvidos os ministros da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, e da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, e os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Criada por iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), uma das entidades investigadas é a ONG Associação Amazônica, que teria adquirido irregularmente uma área superior a 172 mil hectares de terras públicas, no sul de Roraima.

Exposição de fotos lembra Yitzhak Rabin

Será aberta hoje, às 18h30, no hall da Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, a exposição de fotos intitulada "Yitzhak Rabin: 1922-1995". O evento foi programado pela Embaixada de Israel pelo transcurso dos sete anos do assassinato de Rabin, que ocupou o cargo de primeiro-ministro israelense e teve seu mandato marcado pelas muitas conquistas para o processo de paz no Oriente Médio.

A mostra fotográfica assinala a trajetória do líder, que nasceu em Jerusalém, em 1922, e em 1940 já havia se unido às fileiras do Palmaj, a unidade de elite da Haganá, organização judaica que promoveu a criação do Estado de Israel. Comandou a Brigada Harel durante a Guerra de Independência e nos 20 anos seguintes, até a vitória.

Ornélas quer regulamentar fundo de combate à pobreza

Projetos de lei que criam o Fundo de Financiamento do Combate à Pobreza e a Universidade Federal de Cruz das Almas (BA) foram apresentados ontem por seu autor, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), em discurso proferido da tribuna. O primeiro regulamenta



Ornélas defendeu também a criação da universidade de Cruz das Almas

o artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; já o segundo sugere o desmembramento do campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Cruz das Almas, que passaria a ser uma nova instituição federal de ensino superior.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi criado pela Emenda Constitucional nº 31, em 2000. Mas a emenda cria outro fundo, "constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente (...) cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza". A Lei Maior determina que o outro fundo seja regulamentado por lei, e este é o objeto da proposta de Waldeck Ornélas.

O parlamentar afirmou que seu projeto deverá ter vigência retroativa, já que, em seu entendimento, desde a data acima os recursos originados da privatização, como também 0,8% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o adicional de cinco pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de bens considerados supérfluos, deveriam abastecer o fundo de financiamento.

Isso não ocorreu porque, segundo ele, o Executivo não tomou a iniciativa de criar esse fundo.

Ornélas lembrou que o Senado, ao aprovar a prorrogação da CPMF, acolheu destaque supressivo de sua autoria impedindo que a criação do fundo de financiamento somente viesse a

ocorrer a partir de janeiro de 2004. Para o parlamentar, a criação do fundo vem ao encontro da vontade do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que anunciou como primeira medida de seu governo o combate à fome, por meio da Secretaria de Emergência Social.

UNIVERSIDADE

A criação da Universidade Federal de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, repara parcialmente, na opinião do senador, "uma dívida inaceitável da União para com o estado da Bahia". Ele argumenta que o estado, o quarto mais populoso da Federação, tem apenas uma universidade federal, enquanto outras unidades importantes, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, têm cerca de dez cada uma.

Waldeck Ornélas acrescentou que as universidades estaduais baianas tiveram um aumento de 77,3% nas matrículas entre 1995 e 2000, enquanto a UFBA aumentou em apenas 9% a oferta de novas vagas no mesmo período. Segundo ele, a UFBA tem menos da metade dos alunos das quatro universidades estaduais.

O parlamentar ressaltou também o aspecto histórico, já que em Cruz das Almas foi criada a primeira Faculdade de Agronomia do país. A Bahia também presenciou o início da história do ensino superior no Brasil, com a criação da Escola de Medicina em Salvador, em 1808, disse.

Suplicy: cupom é primeiro passo para renda mínima

Senador afirma que combate à fome exige políticas específicas e não pode ficar à espera do crescimento e distribuição da renda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a adoção de programa de cupom de alimentação, conforme anunciado pela equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, será um primeiro passo na direção da garantia de uma renda básica de cidadania.

– O direito do brasileiro à alimentação e à vida com dignidade tem que deixar de ser visto como favor ou dádiva de governantes. Participar da riqueza da nação deve ser um direito assegurado a todos os brasileiros – afirmou.

Suplicy participou de entrevista coletiva junto do coordenador do programa Fome Zero do próximo governo, José Graziano, e disse que não é possível eliminar a fome esperando que a renda cresça e seja bem distribuída. Para ele, o combate à fome exige políticas complementares específicas. "O cupom de alimentação pode ser uma delas", esclareceu.



Suplicy (E) ao lado de Graziano, coordenador do programa Fome Zero

Graziano explicou que o combate à fome é a melhor forma de iniciar o combate à pobreza. Ele afirma que a idéia do novo governo é de executar um programa-piloto em 2003, que atenderia 20% das cerca de 10 milhões de famílias em "estado de insegurança alimentar". No primeiro ano, seriam privilegiados os municípios em situação de calamidade, especifica-

mente devido à seca no Nordeste.

Uma vantagem da distribuição dos cupons alimentação, na avaliação de Graziano, seria o efeito que o programa teria na economia, especialmente na agricultura familiar.

– Um programa de combate à fome tem que estar ligado a gasto com alimento e estímulo à agricultura familiar – disse Graziano.

Valadares apóia proposta de Lula contra a fome

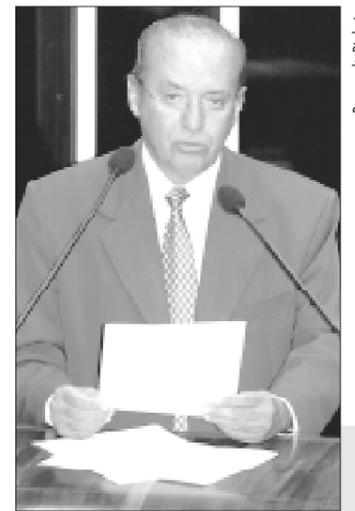
O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou sua "total e irrestrita solidariedade" ao presidente eleito pelo anúncio do combate à fome como prioridade de governo. Valadares disse que Lula poderá contar com seu apoio na aprovação das medidas necessárias para concretizar essa prioridade.

– Penso que a sociedade brasileira acompanha interessada e estará somada ao presidente, ao lado da classe política, para o mutirão indormido contra a fome, como ponto de honra, como problema central do país, maior e mais urgente que todos, porque é um problema do povo, da sua sobrevivência, da sua vida – afirmou.

Para Valadares, o combate à fome pode e deve ser a marca do novo governo. Ele lembrou que a fome humilhou o pobre brasileiro, principalmente no Nordeste, sem que houvesse por parte dos governantes nada além de medidas paliativas nos períodos de seca.

O senador disse ainda que o combate à fome não é simples nem fácil, mas começar por ele é um bom indício para um governo nascido nas urnas.

– O combate à fome é mais que uma antecipação de prioridades, é mais que um resgate de compromisso de campanha; é um símbolo que marca o novo presidente como um líder perante seu povo – declarou.



Valadares: combate à fome é um símbolo que marca liderança do novo presidente

PT pede a Tebet adiamento da reforma do Judiciário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem à noite a visita do líder do PT, senador Tião Viana (AC), para tratar do adiamento da votação da reforma do Judiciário para a próxima legislatura. Viana explicou que Tebet foi muito sensível ao pedido, feito em nome da liderança do partido, para que a

votação da matéria fique para janeiro do próximo ano. Tebet disse, segundo Viana, que tratará do adiamento da votação com os demais líderes.

Tião Viana explicou que o pedido para adiar a votação da matéria deveu-se à fase de transição entre governos e de grandes divergências existentes em relação

à matéria nos vários setores do Judiciário. O senador destacou o mérito de Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da reforma do Judiciário, pela responsabilidade com que sempre tratou o assunto.

Sobre a eleição para a futura Presidência do Senado, Tião Viana lembrou que houve um entendimento entre o PMDB e o PT para

que o primeiro fique com a Presidência do Senado e o segundo, com a da Câmara. Assim, ficaria mantida a tradição pela qual o partido que tem a maior bancada assume a Presidência. Ontem à tarde, o presidente do PT, deputado José Dirceu, afirmou que a tradição deve ser respeitada.



Tião Viana levou o pedido do PT ao presidente do Senado, Ramez Tebet

Bornhausen pede suspensão do edital de venda do Besc

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) defendeu ontem a suspensão do edital de licitação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) para que a decisão de privatizar a entidade fique sob a responsabilidade do novo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o senador, durante a campanha Lula teria manifestado o desejo de manter o Besc sob regime estatal.

Bornhausen leu correspondência dirigida ao presidente Fernando Henrique Cardoso em que lembra ter sido no início de seu governo que o Besc foi salvo da falência, pela federalização. "A ação conjunta do presidente e do governador Esperidião Amin conseguiu manter agências pioneiras, contas de depositantes e o patrimônio público. Nesse momento em que é iminente a mudança de governos federal e estadual, sugiro que a decisão sobre o Besc seja tomada pelos novos eleitos", disse.

O senador também fez um apelo



Bornhausen também pediu que edital sobre duplicação da BR-101 seja revisto

ao presidente Fernando Henrique pela revisão do edital de licitação para a duplicação da BR-101, no trecho entre Palhoça (SC) e a fronteira do Rio Grande do Sul. "Segundo o ministro do Tribunal de Contas da União, Marcos Vilaça, o edital está eivado de irregularidades", explicou.

Para Jorge Bornhausen, a duplicação da BR-101 já se arrasta há tantos anos que não seria bom anular o edital e elaborar um outro, em função da perda de tempo. O melhor seria rever o edital para corrigir irregularidades, como a exigência de faturamento mínimo de R\$ 150 milhões, em 2001, para que a empresa possa concorrer, o que a seu ver limita o número de concorrentes.

Conforme frisou, Vilaça afirma ainda que a falta de critérios de aceitabilidade de preços "abre as portas para o superfaturamento".

Saturnino critica a venda de ações do Banco do Brasil

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) criticou a decisão tomada pelo governo de vender 132,3 bilhões de ações ordinárias do Banco do Brasil, equivalentes a 17,8% do capital do banco. Ele estranhou o fato de a operação, comandada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estar sendo realizada a menos de 60 dias da posse do novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

— Em princípio, tendo em vista que o governo manterá o controle acionário da empresa, não teríamos restrição maior a que a operação se realizasse. O estranhável da decisão é que durante a campanha ficou clara a posição contrária da candidatura vencedora com relação à privatização de empresas e à venda de ações de estatais — afirmou Saturnino.

O senador lembrou que seu partido sempre discordou da visão de que o mercado produz espontaneamente o desenvolvimento de um país. Ele destacou que a recessão, o atraso econômico e o

alto índice de desemprego no Brasil decorrem do fato de o governo ter assumido essa posição.

Ele também considerou lamentável opinião emitida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de que criar emprego é função do mercado, e não do governo. Saturnino afirmou que a geração de empregos é, sim, responsabilidade e missão do governo, por meio da promoção do desenvolvimento.

O parlamentar comunicou ainda ter recebido informações de que a atual administração do BNDES estaria concedendo financiamentos sem tomar os devidos cuidados de analisar a viabilidade da empresa que pleiteia o empréstimo. Segundo Saturnino, algumas operações estariam sendo feitas sem garantias reais.

— Este assunto certamente virá à tona; a opinião pública será informada. Estou adiantando as informações que recebi, mas registro que não tenho ainda a confirmação dos fatos — declarou.

Mozarildo quer a Amazônia entre prioridades nacionais

Ao dirigir apelo à equipe de transição do futuro governo, senador lembrou "descaso" da Colômbia com seu território na região

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) dirigiu ontem, em discurso no Plenário, apelo à equipe de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva para que inclua a Amazônia entre as prioridades nacionais. Observando que a região não é mais cobiçada pelas forças internacionais, porque, na sua avaliação, já estaria sendo ocupada por elas, o parlamentar pediu que o novo governo não negligencie aquela parte do país.

Ele reportou-se ao que chamou de descaso da Colômbia para com a parte de seu território na Amazônia. "O resultado foi a proliferação do narcotráfico, sua aliança com a guerrilha e a perda do controle do governo sobre determinadas áreas do país, além da intervenção branca dos Estados Unidos, que só tende a se agravar", alertou.

Mozarildo disse que, "se todo brasileiro lutou por mudanças nessas eleições, essa mudança deve incluir uma alteração no tratamento em relação à Amazônia". O senador afirmou que cada estado daquela região "tem uma uni-



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo Cavalcanti defendeu aprovação de PEC de sua iniciativa que beneficia universidades da região

versidade que precisa ser prestigiada e incentivada a produzir pesquisas, a encontrar a fórmula para que a Amazônia seja efetivamente inserida no contexto nacional, sem copiar modelos impostos de fora para dentro".

Em defesa da região, o parlamentar pediu o apoio do Plenário à proposta de emenda constitucional de sua autoria que destina 0,5% da arrecadação dos impostos sobre Renda e Produtos Industrializados (IR e IPI) às universidades federais localizadas na

Amazônia Legal.

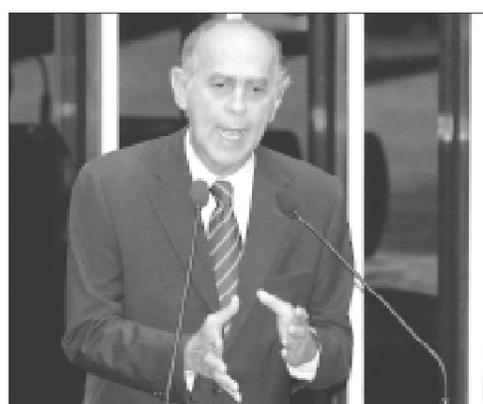
A proposta, conforme destacou, recebeu a aprovação unânime dos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). E pediu que o texto seja acolhido por todos os senadores sem qualquer alteração. Com a aprovação da proposta de sua iniciativa, conforme afirmou, o Legislativo estará fazendo o melhor para a Amazônia e para o Brasil, que é investir em educação.

Mauro Miranda defende recuperação de rodovias antes da próxima safra

Dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) indicam que 70% das rodovias brasileiras estão em péssimas condições. Esse "quadro alarmante" impõe a adoção de providências antes da próxima safra agrícola, afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao sugerir à equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva o uso de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para solucionar o problema.

— Temos recursos votados na Casa para isso e os líderes do governo garantiram que os recursos seriam utilizados na recuperação das estradas. O Congresso já fez a sua parte ao aprovar a Cide — ressaltou o senador.

A precária situação das rodovias federais tem trazido prejuízos aos produtores rurais da Região Centro-Oeste, disse Mauro



Roosevelt Pinheiro

Mauro Miranda lembrou dificuldade do Centro-Oeste para escoar sua produção

Miranda, salientando que os estados mais afastados do litoral enfrentam maiores dificuldades para escoar a sua produção. Ele destacou que a melhoria da malha rodoviária também teria consequências diretas na *performance* das contas externas brasileiras. A situação mais grave, na sua avaliação, é a da rodovia Belém-Brasília.

— Rodovias melhores diminu-

em o chamado custo Brasil e fortalecem a balança comercial, já que a agricultura tem dado uma importante contribuição em momentos de desequilíbrio da economia brasileira — afirmou.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) observou que a solução dos problemas das estradas é condição fundamental para a geração de empregos, "tema que dominou os debates eleitorais".

Capital estrangeiro na TV a cabo é aprovado

Empresas do setor estarão sujeitas às mesmas regras estabelecidas na Lei Geral das Telecomunicações para as companhias telefônicas, conforme proposta do senador Ney Suassuna acolhida pela Comissão de Educação

As emissoras de televisão a cabo que operam no país poderão ter participação de capital estrangeiro em percentual superior a 49% do capital social da empresa. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Educação (CE) e o projeto que a fundamenta segue agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja examinado pelo Plenário do Senado.

O autor do projeto, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), explicou que sua proposta modifica a Lei nº 8.977, de 1995, que instituiu no país o serviço de TV a cabo, para garantir ao setor as mesmas regras estabelecidas para as empresas de telefonia na Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472), de 1997. Pela lei vigente, de 1995, a participação de capital estrangei-

ro nas empresas de TV a cabo está limitada a até 49% do capital social da empresa. Pela Lei Geral das Telecomunicações, que inspirou a mudança proposta por Suassuna, cabe ao Poder Executivo, em casos de interesse especial do país, estabelecer limites à participação societária do capital estrangeiro nas empresas do setor.

Outro argumento de Suassuna em defesa do projeto foi o de que ele está em perfeita sintonia com recente decisão do Congresso Nacional, que abriu as empresas jor-



Ney Suassuna prevê revitalização e estímulo ao serviço de TV a cabo no país

nalísticas e de radiodifusão à participação estrangeira.

Para o senador, a participação ampliada do capital estrangeiro irá revitalizar e estimular o serviço de TV a cabo em todo o país.

Conselho examinará criação de canal para o TCU

Atendendo à solicitação da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), a Comissão de Educação (CE) decidiu encaminhar para exame do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional projeto de autoria do ex-senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) que destina canal de TV a cabo ao Tribunal de Contas da União (TCU). Depois que o conselho se pronunciar, o projeto retorna à CE, que irá votá-lo em decisão terminativa.

O relator do projeto na Comissão de Educação, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), é contra a aprovação da matéria, por entender que a criação de um novo canal iria onerar ainda mais os cofres públicos. Ele observou que,



A Comissão de Educação acatou pedido para que o Conselho de Comunicação se pronuncie sobre proposta de TV para o TCU

como o TCU é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, poderia divulgar suas atividades na programação das TVs Senado e Câmara.

Francisco Escórcio argumentou que a TV TCU iria permitir que o

público acompanhasse temas considerados vitais para o país, como fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

Mudança na educação profissional recebe parecer contrário

Projeto de lei que estabelece revisão do sistema de educação profissional do país recebeu ontem parecer contrário da Comissão de Educação. Após longo debate, foi rejeitado substitutivo apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) juntamente com seu voto em separado e aprovado parecer contrário do senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator da matéria.

Ao defender seu parecer, Jucá

recordou que o projeto inicial, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), foi apresentado antes da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. De lá para cá, observou, o governo federal estruturou o sistema de educação profissional por meio da regulamentação dos dispositivos da LDB.

— Mexer nisso agora, às vésperas de um novo governo, seria uma temeridade — disse Jucá, após

recordar parecer contrário ao projeto emitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Emilia, por sua vez, criticou a regulamentação feita pelo governo federal e propôs que a educação profissional siga uma perspectiva de “educação integral para a classe trabalhadora”. A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu o substitutivo de Emilia e condenou o que classificou como “modelo fordista” de educação

profissional que estaria em vigor atualmente no país.

Ao apresentar posição “absolutamente contrária” ao projeto, o senador José Jorge (PFL-PE), que foi relator do projeto da LDB, observou que a atual legislação já determina os princípios gerais que devem reger a educação profissional do país. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também se manifestou de forma contrária à proposta.



Romero Jucá, relator da proposta, julgou “temerária” mudança no sistema de educação profissional

Mais rigor para lutadores envolvidos em homicídios

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que pune com maior rigor os praticantes de artes marciais que cometerem crimes de homicídio culposo ou doloso, participarem de rixas que resultem em morte ou lesão corporal ou que façam ameaças e formem bandos ou quadrilhas. Pela proposta, em caso de homicídio, a pena, que atualmente é de seis a 20 anos de reclusão, será aumentada em um terço.

O projeto, de autoria do ex-senador Luiz Estevão, segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Se aprovado, será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, sem necessitar de votação no Plenário do Senado, a não ser em caso de recurso.

BRIGAS

O projeto, na avaliação da relatora, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), tem por objetivo coibir o aumento das brigas envolvendo praticantes de artes marciais, que, muitas vezes, acabam em morte. No caso de homicídio culposo (sem intenção), a pena será aumentada de um terço, se o crime resultar de inobservância de regra técnica da profissão, arte ou ofício, ou se o culpado deixar de prestar socorro imedia-

to à vítima, ou ainda se fugir para evitar a prisão em flagrante. Quando cometido intencionalmente (doloso), o homicídio será punido com pena aumentada em um terço, se a vítima tiver menos de 14 anos ou a morte for consequência de técnica de arte marcial ou outro tipo de luta.

A proposta determina ainda que as academias, agremiações e os praticantes de artes marciais, ou de outro tipo de luta, deverão se cadastrar junto às Varas da Infância e da Juventude. As academias que não cumprirem a determinação estarão sujeitas à cassação do alvará de funcionamento.

ESCOLA

Na mesma reunião, a CE, presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), aprovou, em decisão terminativa, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria a Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão.

O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da matéria, foi favorável à aprovação do projeto e informou que o Pólo Sul do Maranhão, região a ser beneficiada com a criação da escola, tem clima privilegiado para a produção de grãos, além de dispor de forte potencial para atividades de avicultura e suinocultura.